a) assinados e tombados, indicando as Varas de procedência;

b) findos, indicando as Varas de procedência.

Parágrafo único - Cópias do mapa estatístico serão remetidas aos mesmos órgãos e em prazo idêntico aos referidos no parágrafo único do artigo anterior, bem como às Procuradorias das Fazendas, desde que solicitado.

Art. 339 - Nas Comarcas de primeira e segunda entrâncias, o servidor que cumular as funções de depositário judicial e depositário público, observará, quanto aos bens a este pertencentes, as normas que regem a forma e o prazo de pertinência de objetos recolhidos.

Art. 340 - O disposto nesta subseção aplica-se, no que couber, àquele que, nomeado e compromissado pelo juiz, exerça as funções de depositário judicial.

Subseção II

Da alienação de bens em depósito público

Art. 341 - O diretor-geral do Departamento do Depósito Público, com sede na Comarca da Capital, fica autorizado a dar destinação de interesse do serviço ou social aos bens que, recolhidos há mais de noventa dias, sejam imprestáveis ou não tenham valor econômico apreciável.

§ 1º - Considera-se destinação de interesse:

a) do serviço, o atendimento às necessidades compatíveis com os fins regimentais ou estatutários de órgãos da Administração direta ou de entidades da Administração indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Rio de Janeiro;

b) social, o atendimento às necessidades compatíveis com os fins previstos nos atos constitutivos de entidades privadas de assistência à população carente, desde que declaradas de utilidade pública federal, estadual ou municipal.

§ 2º - O diretor-geral do Departamento do Depósito Público destinará os bens referidos neste artigo preferentemente aos órgãos e entidades da Administração do Estado do Rio de Janeiro; à falta de interesse destes, destiná-los-á a entidades privadas de utilidade pública.

§ 3º - O estado de imprestabilidade ou de inapreciável valor econômico do bem depositado será atestado por laudo de avaliador judicial, designado pelo Corregedor-Geral da Justiça mediante solicitação do diretor-geral do Departamento do Depósito Público, em expediente que discrimine os bens a serem avaliados, incluindo aqueles de que o depósito público não disponha de elementos formais de identificação, nem hajam sido reunidos em lotes numerados.

§ 4º - O diretor-geral do Departamento do Depósito Público mandará incinerar os bens inservíveis sobre os quais não manifestem interesse os órgãos e entidades da Administração e as associações de utilidade pública, convocados por edital com prazo de vinte dias.

§ 5º - A destinação será objeto de processo administrativo de que constem a descrição dos bens, o número do lote, se existente, o laudo de avaliação e o original do termo de entrega firmado pelo diretor-geral do Departamento do Depósito Público e pelo dirigente que represente o órgão ou a entidade destinatária, bem assim, se for o caso, o comprovante da publicação do edital referido no parágrafo anterior e o despacho determinante de incineração.

Art. 342 - A alienação de bens vinculados a processo judicial, entregues à guarda do Departamento do Depósito Público, dependerá de autorização do Juízo competente, o qual, no mandado de remoção, poderá desde logo deferir a venda para a hipótese de o bem permanecer em depósito por mais de noventa dias sem que seja reivindicado.

§ 1º - A venda será efetuada por leiloeiro público, tendo por valor inicial aquele que lhe haja sido atribuído por laudo de avaliador judicial, designado pelo Corregedor-Geral da Justiça mediante solicitação do diretor-geral do Departamento do Depósito Público, em expediente que discrimine os bens a serem avaliados.

§ 2º - Os pedidos de autorização para a alienação de que trata este artigo serão decididos pela autoridade judiciária em cinco dias, salvo impedimento justificado, e desde que adequadamente instruídos, incluindo o número do inquérito policial, se possível e sendo o caso.

Art. 343 - Os bens de valor econômico, desacompanhados de elementos que identifiquem sua origem, serão inventariados, avaliados e leiloados em separado, depositando-se o preço em

conta vinculada no BANERJ, sujeita à atualização monetária e cuja movimentação somente decorrerá de ordem do Juízo competente para conhecer de bens vagos.

Art. 344 - No caso de apreensão de bens em procedimento criminal, o Juízo competente fará instruir a carta para execução da pena com certidão sobre a existência de tais bens e sua situação junto ao depósito público, se for o caso.

Seção VIII

Do liquidante judicial

Art. 345 - Incumbe ao liquidante judicial exercer as funções de síndico, comissário ou administrador, em processos de falência, concordata ou insolvência civil, respectivamente, se outro não for o nomeado.

Art. 346 - O liquidante judicial manterá atualizados os livros de registro de recebimento e devolução de autos, de registro de mandado de pagamento, e de controle de valores.

Art. 347 - O liquidante judicial adotará, além dos livros obrigatórios, fichas padronizadas que conterão:

a) número e identificação do processo;

b) datas de entrada e de saída na serventia;

c) data das sentenças declaratórias de falência, do deferimento do processamento de concordata, quando preventiva, ou de sua concessão, se suspensiva, e da dissolução ou de insolvência, conforme o caso;

d) data da sentença que julgar extintas as obrigações do falido ou do insolvente, encerrada a liquidação ou cumprida ou sem mais objeto a concordata preventiva.

Art. 348 - O liquidante judicial manterá arquivo:

a) de aço, organizado em ordem alfabética e localizado em dependência da serventia, destinado à guarda, em pastas suspensas, individuais para cada processo de falência, concordata ou dissolução de sociedade, de cópias de petições, correspondência, documentação e demais papéis de pequeno porte;

b) situado em dependência externa à serventia, destinado à guarda de livros contábeis, fiscais, trabalhistas e outros, documentação e papéis em grande quantidade, com referência às empresas em regime de falência ou liquidação judicial.

Art. 349 - O liquidante judicial responderá pelas importâncias provenientes de pagamentos devidos às massas falidas e liquidandas, que recolherá ao BANERJ nas vinte e quatro horas seguintes ao recebimento, em conta específica para cada caso.

Art. 350 - Para fins de comprovação, controle e registro do recebimento de processos oriundos da primeira ou segunda instância, o liquidante judicial usará carimbo que, aposto nos respectivos autos, especifique a data do recebimento destes, o número e a folha do livro de registro de recebimento e devolução de autos.

Seção IX

Do leiloeiro judicial e do porteiro dos auditórios

Art. 351 - O leiloeiro judicial e o porteiro dos auditórios manterão atualizados os livros de registro de recebimento e devolução de autos e de registro de hastas públicas realizadas.

§ 1º - O livro de registro de recebimento e devolução de autos conterá data do recebimento, nome das partes, natureza do feito, Juízo de origem, data da primeira hasta pública, data da segunda hasta pública se for o caso, data da devolução ao Juízo de origem e recibo passado por quem haja recebido os autos.

§ 2º - O livro de registro das hastas públicas realizadas conterá nome das partes, natureza do feito, Juízo de origem, data da primeira hasta pública, o maior lance alcançado, data da segunda hasta pública se for o caso, o maior lance nesta obtido, importância recebida do arrematante ou de quem tenha adjudicado o bem ou procedido à sua remição, e data do depósito no BANERJ.

Art. 352 - Na Comarca da Capital, os leiloeiros judiciais se substituirão uns aos outros, nos casos de afastamento do cargo ou em seus impedimentos ou faltas ocasionais. Nas Varas cíveis regionais da Comarca da Capital e nas Comarcas do Interior, incumbe ao juiz de direito que os houver designado providenciar a substituição.

Art. 353 - O leiloeiro judicial ou o porteiro dos auditórios, ao receber os autos, verificará se contém as certidões exigidas neste Código e providenciará a publicação do edital.

Art. 354 - Se a arrematação se fizer em moeda corrente, o porteiro dos auditórios conduzirá o arrematante a cartório, onde lhe será fornecida guia, e o acompanhará ao BANERJ para depósito da importância, cujo comprovante entregará em cartório.

§ 1º - Se, por encerrado o expediente bancário, o depósito não se efetivar no dia da arrematação, o pagamento será feito ao leiloeiro judicial ou ao porteiro dos auditórios, em cheque com cruzamento especial ao BANERJ, depositando-se-o à disposição do Juízo que autorizou a hasta pública, na primeira hora do expediente bancário do primeiro dia útil subsequente.

§ 2º - Se a arrematação se fizer a prazo, o porteiro dos auditórios conduzirá o arrematante ao cartório, a fim de que o juiz decida acerca da caução e sejam tomadas as providências decorrentes.

Art. 355 - Efetuado o depósito do preço ou do sinal, o leiloeiro judicial ou o porteiro dos auditórios entregará uma das vias da guia de depósito, autenticada pelo Banco, ao cartório do Juízo que ordenou a hasta pública.

Seção X

Do assistente social

Art. 356 - Incumbe ao assistente social:

I - assessorar, na esfera de sua competência profissional, o Juízo a que servir;

II - elaborar laudos sociais;

III - prestar orientação e acompanhamento ao jurisdicionado, articulando recursos da comunidade que possam contribuir para o encaminhamento de situações sociais a ele referentes, nos limites do processo;

IV - empreender ações junto a problemas sociais evidenciados, utilizando metodologia específica de serviço social;

V - colaborar com pesquisas, programas e atividades relacionados à prática profissional do assistente social no âmbito do Poder Judiciário, objetivando seu aperfeiçoamento técnico e a produção de conhecimento;

VI - supervisionar estagiários de serviço social, na forma regulamentar;

VII - participar de reunião inter e intra-profissional;

VIII - observar o plano geral de ação proposto pela coordenadoria de serviço social e aprovado pelo Corregedor-Geral da Justiça;

IX - participar de eventos relativos a serviço social, como congressos, jornadas e seminários, cujos temas e horários sejam compatíveis com o interesse da Administração judiciária, a critério de fato;

X - organizar e manter registro de documentos, resguardado o sigilo profissional.

§ 1º - O assistente social é hierarquicamente subordinado ao juiz e tecnicamente vinculado à coordenadoria de serviço social.

§ 2º - O juiz, ou a chefia especializada de serviço social, onde houver, comunicará a frequência mensal do assistente social à respectiva coordenadoria, que a remeterá ao órgão de pessoal até o dia dez do mês subsequente.

Seção XI

Do comissário da infância e da juventude

Art. 357 - O Juizado da Infância e da Juventude poderá ter, além dos estatutários, comissários voluntários, mediante indicação do juiz e autorização do Corregedor-Geral da Justiça, para desenvolverem trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, ou para exercerem funções de fiscalização das normas de proteção à criança e ao adolescente.

§ 1º - O comissário, estatutário ou voluntário, subordinar-se-á diretamente ao juiz, que comunicará a frequência mensal dos estatutários à Coordenadoria Geral da Justiça.

§ 2º - O juiz expedirá portaria de designação do comissário voluntário, que prestará compromisso em audiência pública, lavrando-se termo em livro próprio.

§ 3º - O comissário voluntário é designado sem ônus para os cofres públicos, sendo demissível a nutu do juiz.